



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
VICE-PRESIDÊNCIA ADMINISTRATIVA
COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

HELCIO
DANTAS LOBO
JUNIOR:84654
19/03/2026 14:55

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Ata de Reunião nº 05/2025

Aos 14 dias do mês de novembro de 2025 (sexta-feira), às 10 horas, reuniram-se os membros da Comissão de Orçamento e Finanças (COF), os Excelentíssimos Desembargadores **Helcio Dantas Lobo Junior**, Presidente da Comissão, a Excelentíssima Desembargadora **Gisela Rodrigues Magalhães de Araujo e Moraes**, a Excelentíssima Desembargadora **Thelma Helena Monteiro de Toledo Vieira**, o Excelentíssimo Desembargador **José Otávio de Souza Ferreira**, o Excelentíssimo Desembargador **Eder Sivers**, o Excelentíssimo Desembargador **Renato Henry Sant'Anna**, a Excelentíssima Desembargadora **Ana Cláudia Torres Vianna** e o Excelentíssimo Juiz do Trabalho **Francisco Duarte Conte**, Presidente da AMATRA XV e representante da magistratura do primeiro grau. Ausentes, justificadamente, a Excelentíssima Desembargadora **Tereza Aparecida Asta Gemignani**, o Excelentíssimo Desembargador **Hélio Grasselli** e o Servidor **José Aristéia**, Presidente do SINDIQUINZE e representante dos servidores deste Tribunal. Participou, como convidado, o Secretário de Orçamento e Finanças (SOF) deste Tribunal, **Marco Antônio Fernandes**. Também convidado a participar, o Diretor-Geral, **Adlei Cristian Carvalho Pereira Schlosser**, não pôde comparecer, por motivo justificado. Secretariaram os trabalhos o Excelentíssimo Juiz Auxiliar da Vice-Presidência Administrativa, Flávio Landi, e o Assessor da Vice-Presidência Administrativa, Paulo César Pinto da Silva.

O Excelentíssimo Desembargador Helcio Dantas Lobo Junior declarou aberta a reunião desta Comissão e, agradecendo a presença e a disponibilidade de todos, deu boas-vindas aos participantes.

Iniciando os trabalhos, o Excelentíssimo Desembargador Presidente da Comissão introduziu o primeiro assunto em pauta:





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
VICE-PRESIDÊNCIA ADMINISTRATIVA
COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Exercício 2025 - Execução orçamentária - Panorama atual:

Franqueada a palavra ao Secretário de Orçamento e Finanças, este prestou informações sobre a abertura de créditos suplementares e orientações do CSJT sobre a execução das despesas com recursos de fonte própria, fazendo referência a ofício circular daquele Órgão que trata da formalização dos créditos ali abordados para o grupo de despesas “Atividades” (honorários periciais da justiça gratuita (despesa obrigatória) e demais demandas de “Custeio e Investimento” (despesas discricionárias)), além do grupo relacionado a “Despesa de pessoal” (ativos e as inerentes aos inativos). Informou, ainda, que a efetiva utilização dos recursos aguarda novas orientações do CSJT. Esclareceu que a abertura desses créditos suplementares visa dar cumprimento à decisão do STF na ADI n.º 7641, a qual excepcionou as receitas próprias dos órgãos do Poder Judiciário dos limites de gastos estabelecidos pela Lei Complementar n.º 200/2023 (Novo Arcabouço Fiscal).

Respondendo a questionamentos feitos pelo Exmo. Desembargador **Renato Henry Sant’Anna** a respeito da disponibilização de recursos financeiros equivalentes aos créditos orçamentários suplementares e sobre o pagamento da indenização relativa às licenças-prêmio, o Secretário de Orçamento e Finanças informou que a orientação é solicitar o financeiro e utilizar o orçamento de que o Tribunal já dispõe, sendo o dia 24 de novembro a data final para essa solicitação. Esclareceu, ainda, que para a folha de pagamento de novembro já será resolvida a questão de usar o financeiro.

Finalizada a abordagem do primeiro tema da pauta, o Excelentíssimo Desembargador Presidente da Comissão trouxe o segundo assunto:

Orçamento do exercício de 2026 - Atualização de informações:

Dada a palavra ao Secretário de Orçamento e Finanças, este informou que o projeto de LDO, cuja apreciação e aprovação deveria se dar até 18 de dezembro deste ano, ainda está na Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional, cenário semelhante ao que se deu com o orçamento





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
VICE-PRESIDÊNCIA ADMINISTRATIVA
COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

do presente exercício, aprovado apenas em meados do primeiro semestre deste ano.

Referiu que o auxílio-alimentação e o auxílio-escolar são benefícios que podem receber algum reajuste no futuro e, com relação à assistência médica, informou que o CSJT instituiu um grupo de trabalho para equalizar o tema na Justiça do Trabalho, com prazo de 60 dias para conclusão desse estudo.

O Excelentíssimo Desembargador Presidente outorgou aos presentes, então, a possibilidade de que outros assuntos de interesse desta Comissão pudessem ser discutidos.

Nada mais havendo para deliberar, o Desembargador Presidente da Comissão agradeceu a presença de todos e deu por encerrados os trabalhos.

A reunião foi encerrada às 10h20.

Helcio Dantas Lobo Junior
Desembargador Presidente da Comissão

